

A ESG nos Anos 50

*Jayme Magrassi de Sá**

Conferência pronunciada no I CEADC, em 9 de agosto de 1999.

Por uns minutos convido-vos a viver de reminescências. Proponho que fechemos figurativamente os olhos deixando que a memória ou a mente se reporte a 50 anos atrás. Uma rápida e virtual viagem a um passado que viu nascer transformações assinaláveis no país e no exterior, projetadas em seu futuro imediato e desdobrando-se, na marcha do tempo, sobre os destinos da humanidade e de nossa pátria.

Pretendo convosco colaborar nessa tourné pretérita, assinalando alguns marcos da trajetória percorrida ao longo de determinado período; mas sem cansá-los com detalhes dispensáveis e sem fazer desta palestra simbiose de uma peça de novela ou de um script para roteiro de perquirição histórica. Buscando, porém, transmitir-vos a visão de um observador, mais atento do que capaz; mais sentimental do que especialista; mais autêntico do que ilustrativo. Se não obtiver êxito nesse intento, terei combalida minha pretensão de expositor, e sobretudo meus anseios de convicto servidor desta egrégia escola.

O mundo na segunda metade dos anos 40 caracterizava-se por dois fenômenos condicionantes - a grande destruição existente, provocada por um conflito armado de quase seis anos ininterruptos e a fase que se seguiu imediatamente, denominada de “dollar shortage”, resultado da posição dominante em que os estados unidos da américa emergiam daquele período negro da história mundial. O mundo todo devia àquele país e dependia do esplendor econômico que a guerra lhe havia outorgado, livre que esteve seu território continental de qualquer ação destrutiva. Ao contrário, sua mobilização para guerrear além fronteiras agiu e foi de fato uma fatoração de colossais investimentos de cunho promocional. A demanda de dólares comandava, no mundo ocidental, todas as formas de relacionamento econômico e comercial. Tudo dependia da vontade do governo norte-americano e da capacidade de alcançarem-se meios que tornassem factíveis encontros de interesses e superação de vicissitudes. Foi árdua a composição ao longo de um panorama

marcado pelo caos, de um lado, e pela reconversão da guerra para a paz, de outro. Nesse período, de pouco mais de um lustro, ao mundo se impôs tomar plena consciência das dificuldades de relacionamento externo, dos efeitos da grande destruição estrutural e sobretudo de como seria possível retornar à vida do cotidiano sem a exigência avassalante de canhões, aviões, navios armados, Exércitos colossais. Enfrentando, ademais, os efeitos de transumâncias no sentido inverso das que ocorreram entre fins de 39 e meados de 45. Conceberam-se aí - e faço questão de sublinhar a palavra conceberam-se - dois momentos: 1º) a execução do plano marshall, o grande veículo da reconstrução, a abrangência operacional da onu, a viabilização de bretton woods e os acordos bilaterais de comércio e pagamentos, sem os quais tudo tendia à paralização no plano internacional; 2º) figurações e traçados de natureza política para reordenação de fronteiras e áreas geo-econômicas de influência ou de protetorado, maquiado ou não.

A segunda metade da década dos 40 foi, portanto, não só um rescaldo do cessar-fogo, mas um tempo de análise e conscientização da problemática que a ii guerra mundial havia gerado ou agravado na comunhão política e econômica do mundo que diríamos de espectro popularmente conhecido até então, isto é, na configuração cartográfica das fronteiras denominadas de geográficas, algumas das quais produto do tratado de Versailles de pós - I Guerra Mundial.

A década dos 50 foi, toda ela, marcada pelo estado de esfacelamento da Europa e Japão e pela responsabilidade dos Estados Unidos da América de os reconstruirmos econômica e operacionalmente. Reconstrução que alcançou até formas de relacionamento no contexto internacional, definindo-as institucionalmente e conformando-as, política e comercialmente, à luz da situação de caos prevalecente, de seus próprios objetivos e do surgimento de um poder militar de certo modo novo ou revitalizado pela contenda - a União Soviética.

Ao longo de duas vertentes se desenvolveram as conversações entre Estados Unidos da América, Inglaterra e URSS para reorganizar o mundo à época chamada de o pós-guerra, então compulsoriamente sob a hegemonia dos três. A primeira vertente dizia respeito à ordem econômica e concebia o combate às restrições no comércio multilateral e aos fluxos financeiros de capital privado. Uma quase prévia condenação dos acordos bilaterais. Com essa vertente, ou ao que dela resultou, a União Soviética não se solidarizou. A segunda vertente ligou-se ao redesenho, mas nem sempre à fixação das

fronteiras do nível e figurativo mundo geo-político; e aí a União Soviética teve grande presença, sobretudo no lado oriental do velho continente. Tornou-se, na verdade, por muito tempo, um fator de ameaça, de balanceamento compensatório e de desafio aos outros dois hegemônicos.

Em larga margem, dessas conversases nascia o sistema posteriormente conhecido como produto do estabelecido pela carta de São Francisco, pelos acordos de Bretton Woods e pelo advento retardatário do Gatt. Longo o período de influência e duração desse conjunto de decisões sobre a ordem econômica que sucedera  desordem do imediato pós-guerra; conjunto que também não logrou satisfatória ordenação. O redesenho das fronteiras resvalou para estremecimentos que, aos poucos, foi deslizando para a chamada guerra fria. Em 1947, o presidente Truman anunciava oficialmente, num discurso frio e contundente, a bipolarização. Um lustro depois eclodia a guerra da Coréia com novos e prolongados tremores no panorama mundial. o curso da contenda de hegemonias são viria a esgotar-se em 1990.

Mas o que se denominou, depois de São Francisco, de nova ordem econômica, não conseguiu conceder aos fluxos de comércio e de caráter financeiro um sentido efetivo de recomposição; muito menos de desenvolvimento equitativo no cenário mundial. Se a Europa do ocidente via seu futuro pela tica generosa do plano Marshall, os países subdesenvolvidos, alguns dos quais são hoje conhecidos como emergentes, começaram a perceber que sua sorte e seu futuro não estavam ao abrigo dos esquemas aprovados e postos em execução pelos dois hegemônicos da banda ocidental. ao contrário, o desgaste econômico que sofreram agravara-se de modo forte e seguro, agora com os desfavores de uma relação de comércio e capitais bastante ativa no manter sua inferiorizada posição relativa, suas deficiências e insuficiências estruturais: mais do que isso, sua progressiva dependência não são de adversa relação de trocas, como das decisões do capital privado, inarredavelmente inspirado e guiado pelo objetivo exclusivo do lucro. A guerra da Coréia agravou de certo modo essa realidade madrasta e na sua esteira adveio o que se pode denominar de grito de desespero dos esquecidos ou subalternizados, grito secundado por ações defensivas e claramente de inconformismo. disso resultaram, no plano político mundial, as comissões econmicas da onu e no plano hemisférico, o banco interamericano de desenvolvimento - o BID, na verdade surgindo como um complemento operacional da organização dos estados americanos - a OEA .

No caso da América Latina, a comissão econômica da ONU notabilizou-se sob a sigla cepal, tornando-se a mais importante de todas.

O brado dos subdesenvolvidos, atitude para a qual, o Brasil, por sua diplomacia, teve participação relevante, sucedia aos primeiros estudos acadêmicos realizados sobre posições econômicas relativas no contexto mundial, estudos fundamentalmente de autoria de economistas suecos, como Myrdal, Ohlin e outros, revelando que não mais seria possível a conformada submissão a totens sociais que resguardavam, para alguns, os benefícios do poder, da prosperidade e da conquista do futuro. A esquematização calcada na inconversibilidade de algumas moedas e na sujeição a fluxos financeiros comandados de fora foi, aos poucos, sendo subvertida, derrubando a prática dos acordos bilaterais de comércio e pagamento e, bem assim, a figura do alinhamento automático a posições adotadas na cena política externa e comandadas pelos hegemônicos ocidentais. A guerra, por seus sacrifícios, ensinava também através da desventura e da própria dependência que durante o conflito se formara. Revelava de modo claro o quanto as realidades do relacionamento internacional acabaram por condicionar e estratificar posições sob o império das disparidades econômicas e, conseqüentemente, sociais. O mundo político e econômico de então ruíra em suas concepções; e o colonialismo que dele fazia parte sob diversas formas começava a provocar reações e a transformar atitudes, visões e comportamentos; rebeldia nem sempre pacífica e ordeira.

A comoção fôra forte demais e nenhum país pode escapar a seus efeitos, diretos ou indiretos, o que se tornou ainda mais imperativo quando a guerra da Coréia revelava que a grande conflagração de 39 a 45 não fora bastante para imprimir novos módulos de reciprocidade e levar a uma consideração mais equânime dos vários partícipes do concerto universal. Um aspecto tornou-se então decisivo. Nesse concerto, todos se envolviam solidariamente nas horas de aflição e de destruição, mas poucos se beneficiavam das benesses da ordem resultante e das reconstruções, reconversões e novos estatutos de relacionamento econômico e político.

Algo de novo e bastante profundo pronunciava-se no horizonte mundial.

O Brasil não escapava - e não queria mesmo escapar - desse renascer. Sua recusa a participar militarmente da guerra da Coréia levou ao congelamento de créditos que tinha no exterior, recebendo, ademais, a seguinte posição oficial norte-americana: 1º) o Brasil deveria procurar ampliar suas fronteiras

internas de financiamento antes de solicitar ajuda do governo norte-americano; 2º) deveria distinguir entre seus programas de reequipamento e seus programas de desenvolvimento, sendo que para estes últimos - programas de desenvolvimento - o interlocutor deveria ser o banco mundial; e 3º) o Brasil deveria ter presente que seu desenvolvimento, em última análise, dependeria da habilidade de criar um clima favorável ao ingresso de capitais privados. consumiasse, pois, em nada a contrapartida do esforço Brasileiro para a vitória dos chamados aliados contra as forças do eixo.

Mas, aprendemos a lição e passamos a olhar o mundo e o espectro das relações internacionais com outro enfoque. Custou-nos bastante, mas foi válido. A década dos 50 trouxe também uma realidade, senão nova - e não era nova - bastante diferente daquilo que nos habituáramos a ver como fenômeno distante no espaço e mesmo no tempo - o extremo oriente. Japão, China e toda a franja asiática conformavam, aos nossos olhos, um horizonte tão ou mais longínquo do que a própria distância geográfica que nos separa. Esse segmento do mundo, para nós então envolto em brumas, breve revelaria outra paisagem política e econômica, transformação cujas origens estavam na II guerra, no pós-guerra imediato e na eclosão de rupturas que ocorreram ou se iniciaram na década dos 50. Também para nós no Brasil isso ensejou nova visão, chamando-nos à verificação de que habitávamos e compunhamos um mundo econômico muito além das nossas raízes européias e de nossas estritas e crescentes vinculações com o norte do hemisfério. Esse alongamento de ótica foi-nos fecundo, posteriormente.

Todo esse panorama levava-nos naturalmente - e nos levou - a prescrutar o futuro, a ascutar nossa realidade e as perspectivas de uma nação jovem mas já com bagagem de conquistas inequívocas. Pensávamos, sentíamos e pulsávamos por uma renovação. Despertávamos e subliminarmente buscávamos um caminho.

Caminho que começava por dentro de nossas fronteiras e cuja identificação mobilizava, no curso de seus processo, a capacidade de examinar e julgar o papel que tínhamos no ordenamento mundial e aquele que na verdade deveríamos ter; e que mais, bem mais poderíamos ter, se materializássemos o poder que naturalmente fluiria do aproveitamento racional de nossas potencialidades. Enfim, um caminho que jungisse passado e futuro, posição interna e seus reflexos externos, tempo de analisar e tempo de realizar, de conjugar forças e de agregar poder na

forma de contínuo desenvolvimento econômico, social e político.

Não era fácil encontrar esse denominador de energias criadoras. E não o era, como não foi, dadas as frustrações que se acumularam na cauda da revolução de 30, nos arrepios de 32, nos cuidados sociais que sucederam ao *putch* comunista de 35 e integralista de 38 e por vibrações que emanavam de pruridos supostamente regionalista e que a prática política doméstica não se mostrava habilitada a conduzir sob formas mais amadurecidas do que as resultantes de simples composições, rotuladas de virtudes partidárias. Onde pontificavam o bacharelismo anódino e o jogo de politiquices - administradas - pelos desvãos de um inerme setor oficial, desprovido de estruturação mais ordenada, muito aberto à absorção de aspirações personalistas. E muito mais afeito a conventículos armados segundo as conveniências da hora e das circunstâncias. Nesse campo das articulações alcinhas de políticas, as forças de renovação esboroavam-se ante a reação de hábitos arraigados, de soluções aparentes ou de medidas de conveniência. Medidas que ora traduziam matreirice, ora habilidade de descarte, ora despistando reivindicações ou demandas com retóricas maquiadas de sedução implícita e de ilustração revestida por reluzente oratória. Era um cenário composto de quadros justapostos, que refletiam, alguns deles, o sentido ou o ardor da busca do novo; outros, o ranço anquilosado de um passado de turbulências mais periféricas que reais; outros, enfim, o rejeito, a malemolência e a sorrateria falácia da defesa do bem viver popular.

Até por isso impunha-se uma renovação. E renovação com “R” maiúsculo, já que, para os setores mais esclarecidos da estrutura social, a sucessão de eventos políticos, com ou sem fundo ideológico ou de caráter seccionista, ou mesmo, de comportamentos éticos e morais, mostrava não mais terem êxito tentativas viciadas. Viciadas porque desprendidas de um movimento vertical de habilitação e reconhecimento da realidade nacional, suas exigências e seus reclamos; mas sobretudo suas aspirações e sua capacidade de renovar-se alcançando-se a outros patamares de evolução e progresso.

O reconhecimento desse Brasil já de 450 anos foi o ponto de partida para um movimento inicialmente de contatos, de identificação, aferição e demarcação de veredas. Movimento de amálgama, para formar sólida corrente de vontades e determinação. Subsequentemente, de ideário e formalização do instituto que abrigaria esse espírito de devoção cívica e de ânimo realizador.

O Brasil dos anos 40 podia orgulhar-se de ter assegurado sua unidade ao

longo de seu vasto território. Podia orgulhar-se de ter amalgamado etnias e culturas, de ver em avançada formação uma tipologia nacional e de estar civilizando os trópicos; até mesmo de estar plantando em áreas internas ínvias o espírito de Brasilidade sob o pendão verde-amarelo. Consequências, todas, de uma composição de energias, que haviam absorvido os autóctones, os descobridores, os invasores, os imigrantes e até forasteiros e adventícios. Consequências também de implícitas aspirações de grandeza sob os signos da autenticidade, da independência, autonomia de decisões e patriótica afirmação cultural. De um pacifismo consciente como forma de convivência externa. Em menos de quinhentos anos atingíramos a postura de nação soberana em todos os sentidos, partindo de um simples aportamento que não nos trouxe, como colônia, o benefício de um progresso transmitido, nem mesmo de evolução desejada; menos ainda de evolução permitida. Éramos, sim, uma nação com realizações e conquistas meritórias, mas com problemas e questões de largo vulto, fortes demandas sociais e sensíveis comandamentos e aspirações de ordem econômica e de rumos políticos. Nação em que as potencialidades e a riqueza efetiva não se embricavam ainda. Éramos uma economia de modestas dimensões como poderão ver nos números que arrolei (e os quais não submeti a correção de valores nominais pois isso seria bastante precário dado o período de 50 anos e as peripécias cambiais e de moeda ocorridas nesse meio século).

Flashes do Brasil - 1949

Produto Interno Bruto - 229,9 milhões de cr\$

Produto Interno Bruto - Per Capita - 4,5 de cr\$

População - 50.758.000 habitantes

Taxa de Crescimento - 3.4% ao ano

Formação Bruta de Capital: 34,1 milhões de cr\$

- A) Poupança líquida do setor privado - 11,5 milhões de cr\$
- B) Depreciação de capital fixo - 11,4 milhões de cr\$
- C) Poupança do governo - 9,0 milhões de cr\$
- D) Déficit do balanço de pagamento - 2,2 milhões de cr\$

Balanço Comercial

Exportações: 21,6 milhões de cr\$

Importações: 22,0 milhões de cr\$

Saldo - 0,4 milhões de cr\$

Transações correntes com o exterior

Déficit do balanço de pagamentos + 2,2 milhões de cr\$

Renda líquida remetida para o exterior - 1,8 milhões de cr\$

Entrada líquida de recursos + 0,4 milhões de cr\$

Números singelos, mas que, na sua singeleza demonstram as modestas dimensões econômicas que ostentávamos então, embora já com população de expressivo tamanho, crescendo a uma taxa geométrica de 3,4% ao ano. População que em 50 anos multiplicou-se por mais de três vezes e só a partir do fim dos anos 70 começou a ver reduzir-se a taxa de aumento em função da queda na fertilidade da mulher brasileira, situando-se atualmente entre 1,3% e 1,4% ao ano.

Nossa evolução industrial praticamente concentrou-se em bens de consumo duráveis, formando manchas industriais ao longo do território, muito concentradas em algumas regiões. Agricultura quase monoprodutora, de fracos índices tecnológicos, com perdas severas pela baixa capacidade de estocagem, deficiências agudas de transporte e, em consequência, cara e pecaminosa intermediação comercial. Forte exploração, muito oligopolizada, aliás, do setor mineral, com fraco beneficiamento industrial interno. Dependência completa do transporte marítimo transatlântico de terceiras bandeiras e uma impositiva exportação na base FOB (*free on board*), com importação também impositivamente estabelecida na base CIF (*cost, insurance and freight*). esse condicionamento, combatido desde então, só veio a ser eliminado em meados dos anos 60, passando-se a exportar e importar na base FOB.

Interior de população muito rarefeita, com áreas quase ínvias e de domínio político apenas virtual. Salvo nas regiões sudeste e sul, era praticamente desservido de ligações internas dignas desse nome, só reais na faixa litorânea, que se estendia do nordeste ao sul. Para o nosso *hinterland* quando ligações existiam eram, ao mais das vezes, seccionadas pela incipiência e baixa tecnicidade do transporte ferroviário, um pouco menos ineficaz no eixo Rio-São paulo e em áreas do interior daquele estado e do sul do país. A malha rodoviária como tal ainda não adviera. A integração nacional a rigor era só espírito de Brasilidade. o sentido federativo sobrepunha-se à quase ausência de integração física e econômica. Um depoimento vivo do forte sentimento de aglutinação cívica e disposição unionista. Não se dispunha,

salvo o denodado correio aéreo nacional, de um sistema integrado de transporte aeroviário, sistema que começava a despontar no sul com o então denominado sindicato condor, hoje Varig.

A potência elétrica instalada era modesta, regionalizada e com decisiva presença da termo-eletricidade - carvão e óleo - sem que o estado ou o setor privado se inclinasse por uma racionalização desse fundamental vetor da infra-estrutura. Esta, como um todo, de fragilidade marcante. Deficiente sob vários aspectos a infra-estrutura tivera o agravamento decorrente de acentuado desfrute econômico para compor nosso esforço de guerra. Os aliados, assim ditos, dela se beneficiaram a valer. Com o desgaste conseqüente o Brasil sofreu para valer.

Do ponto de vista social, enfrentávamos no Brasil acentuado elitismo na educação superior, muito concentrado em disciplinas ditas humanas, embora a instrução de nível primário e secundário se revelassem mais efetivas até mesmo em comparação com os respectivos estágios atuais. Os índices de higiene da população eram, como são ainda, e infelizmente, precários, mormente nos níveis ou estamentos sociais menos favorecidos à época ainda castigados por algumas endemias e por inexistente percepção de questões sérias, como a da promiscuidade social. Os sistemas administrativos, tanto no setor público, quanto no setor privado, não se beneficiavam de melhores performances; sendo que o relacionamento dentro do esquema federativo só foi adquirindo consistência administrativa a partir da década subsequente. Havia e sempre houve forte sentido empresarial no setor privado da economia, que veio a desabrochar a partir exatamente dos anos 50, quando o país começou, de fato, a conscientizar-se e a perquirir de modo sistemático sua situação interna e seu posicionamento no cenário internacional.

Não se erra ao dizer que não havíamos percebido na justa conta a importância do setor terciário, especialmente da função relevante dos serviços financeiros e da comercialização. Assistência social ordenada, especializações profissionais ligadas aos diversos vetores desse setor, eram figuras distantes no pensamento das lideranças públicas e privadas. Começávamos lentamente a buscar a utilização técnico-analítica de alguns instrumentos operacionais que o campo acadêmico oferecia, como o cálculo das denominadas contas nacionais, os registros sistemáticos do movimento de capitais e a própria confecção do balanço de pagamentos. Na verdade, o nível de entendimento em matéria de gerência pública e privada estava

ainda por conformar-se; a situação no particular situava-se abaixo do nível econômico e bem aquém do que já se dispunha no estrangeiro.

Foi nesse panorama que surgiu a Escola Superior de Guerra, semente fecunda de mudança e que, contemplando o Brasil de 99, eu diria de transformação; não fora o receio de pedantismo, diria de metamorfose. Metamorfose, sim, embora com arrepios dispensáveis e ainda distante do que se pode alcançar.

Mas voltemos à lembrança aos idos de 49 no que concerne ao plano mundial. Nessa área tudo passou a ser um momento, melhor dizendo, um tempo de imprecisão. O poder hegemônico ocidental combinava-se com a ONU e outros organismos para deitar proposições normativas e linhas de ação menos reguladas, mas não menos impositivas. Os trabalhos de recuperação mobilizavam atenções e recursos e as tratativas diplomáticas deles se ocupavam quase completamente. Pelo menos prioritariamente. Os sistemas de contatos de cunho econômico se não se constituíam de ações subsidiárias, não podiam equiparar-se às preocupações que já começavam a encorpar-se com respeito à posição e aos movimentos do hegemônico da Europa oriental. O panorama para o resto do mundo - e por mais triste que isso possa parecer, o resto do mundo era o resto mesmo - compunha-se de um esforço de subsistência interna em cada país e de um esforço externo de cada um para penetrar a sólida barreira das atenções, preocupações e cuidados com, vamos dizer, o hoje primeiro mundo. Somente o não conformismo e a pacífica rebeldia poderiam criar fendas nesse colossal contra-forte. Mas, para isso, era fundamental a plena consciência da situação interna e da posição relativa no espaço internacional. no presente e no futuro.

Também isso explicava e recomendava o advento da Escola Superior de Guerra.

Os ruídos no exterior, não mais de trincheiras, mas não menos ressonantes, que fluíam das negociações, das teses e das práticas de acomodação faziam acreditar que a II Grande Guerra seria ou teria sido a última das guerras. Cedo, porém, muito cedo, esse panorama mudava, levando com essa mudança, à um desalento recôndito e ao despertar das mentes quanto à frustração implícita em fantasias e visões miríficas contrastando com o pragmatismo e a realidade das coisas e dos interesses no plano internacional.

Os ruídos penetravam, através das fieiras do aranhol que é o contexto

mundial, no âmago das sociedades partícipes da cena político-econômica; como que impondo a existência de um preparo compatível e condizente com a realidade de então e dos tempo a porvir. Não ficamos nós, no Brasil, imunes a esse imperativo, à missão, imposta pelos fatos, de prepararmos para transformar nossas imensas potencialidades em riquezas efetivas e colocarmo-nos na justa posição que tais potencialidades nos permitem aspirar no concerto das nações.

Não é possível esquecer que, a rigor, ainda éramos, para parcelas significativas do cenário político e econômico do mundo de então, um quase simples registro cartográfico, área geograficamente grande de u'a América do Sul considerada hispânica desde abaixo do Rio Grande. E que, com traços de indulgência, era denominada de Latin América. Cujos povos, sem distinção, eram chamados de hispânicos, ou melhor, como assim diziam, os hispânicos. Vergôntea de nossa realidade interna na ótica dos hegemônicos, curtíamos a dor da possível discriminação que daí se deduzia, mas reconhecíamos implícita e abnegadamente o traço de desdem, pois voltavamo-nos, por inteiro, em termos de elites sociais, para o velho mundo e em matéria de relacionamento imitativo para o norte do hemistério. A não ser do ponto de vista diplomático e militar, a própria América do Sul não nos despertava maior interesse. Éramos basicamente uma economia de feição primária, sensivelmente fechada em sua praticamente total dependência de algumas áreas externas e muito condicionada de fora para dentro. O esforço de guerra que realizamos não modificou esse quadro e não nos trouxe venturas nem reconhecimento dos sacrifícios feitos e do grau de solidariedade dispensada a uma causa que era fundamentalmente de terceiros, ainda que condizente com o nosso entendimento em questões de fundo ideológico. Psicologicamente, todavia, do ponto de vista social interno armou-nos um estado de espírito nem sempre ostensivamente revelado, mas muito firme e consistente no comandar aspirações e vontades. De plantar as bases de um Brasil novo; dizendo melhor, de um novo Brasil, pois essa foi a concepção dominante daí para a frente.

Estávamos em 1949, relembremo-nos em nossa viagem virtual.

Um seletto grupo de idealistas e notáveis, batalhadores incansáveis pelo progresso material e elevação cultural do país, de um Brasil grande não apenas no seu território mas na sua civilização, que se vinha argamassando desde a fase pós-imperial, sentindo as aspirações de camadas representativas da sociedade esses senhores prescrutaram e examinaram experiências

estrangeiras sobre mecanismos de conscientização e trato racional dos assuntos e negócios internos. Laboriosa e aguerrida agenda de trabalhos foi cumprida mediante intenso trânsito pelo meio militar e pelo meio civil, traduzindo um esforço apreciável de convencimento; tão eficaz quanto silencioso. Das indormidas demarchas - e não foram poucas, nem sempre amenas - emergiu a idéia de criar-se um sistema de formação, em nível alto, de lideranças capazes e funcionalmente habilitadas a dar à administração superior o embasamento necessário à condução orgânica e sistemática daqueles negócios.

Saía então o Brasil de um período em que a ordem institucional fora alvejada e deformada durante longo prazo, deixando um substrato econômico e social que impelia ao alheamento a tudo quanto dizia respeito aos destinos da nação. Esse o lado triste da realidade conjuntural daquela quadra. E que muito concorreu para o nome e a vinculação do que viria a ser o produto operacional de toda a batalha construtiva que ocorreria. Nascia aí o sentido precursor da Escola Superior de Guerra que, como templo dos novos tempos, materializou-se em 20 de agosto do mesmo ano através da Lei 785, seguida do regulamento da escola, aprovado pelo Decreto 27264, de 28 do mesmo mês. Dava-se substância a um movimento que pessoalmente considero ímpar depois da proclamação da república. Digo, dava-se substância porque os dois atos não saíam por benquerença do poder outorgante, mas por uma impulsão irrefreável daquele grupo de idealistas, agora acrescido de elementos mais jovens atraídos pelo proselitismo saudável de um patriotismo que instituiu conscientemente um nacionalismo criador e magestoso em seus desígnios. Mas nacionalismo não jacobinista ou hostil ao alienígena; ou mesmo um nés-cio ufanismo, jocoso e vazio; ou ainda uma claqué de propaganda personalista e argentária. Não. Um nacionalismo são, que porfiava no Brasil grande inclusive como força agregadora no concerto mundial e traço de realização cívica sob a índole facifista e a vontade inquebrantável de seu povo.

A aula inaugural do primeiro curso da ESG, foi ministrada em 15 de março de 1950, pelo General Cesar Obino, contando com a presença do presidente da república, General Eurico Gaspar Dutra.

Dizia a Lei 785 “é criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos subordinado diretamente ao chefe do estado-maior das forças armadas, destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”.

O status da escola, pelos termos da lei e do espírito que a conformou é uma decisão clara e intencional de relevância e responsabilidade; emprestava-se a ESG, desde o início e sem dubiedades, a posição de estabelecimento de radical militar de elevada precedência, o mesmo ocorrendo no espectro civil da estrutura oficial. Mas também se lhe emprestava a responsabilidade sem jaças de materializar o anseio de Brasilidade que dominava mentes e corações e que espero ainda hoje viva no peito de cada Brasileiro. Intenção expressa, pois, de considerar a escola uma entidade de primeiríssima linha, julgada e vista como formadora de lideranças e de artífices de nível elevado na administração macro do país. Com decisão características de excelência. Não traduzia um acaso, um rasgo de fantasia ou um arroubo de glorificação. Não. Muito ao contrário, era um entendimento profundo e conscientemente formado do que se impunha - e ainda se impõe - em matéria de preparar recursos humanos para liderar e mesmo gerenciar a evolução política, econômica e social do país.

Seu primeiro regulamento, só alterado três vezes ao longo de 50 anos, em 1954, 1956 e 1961. A partir daí sofreu 11 alterações sendo que a última em dezembro de 1996. Fiel e obediente aos termos da lei, davam à escola uma estruturação que, também ela, estruturação, refletia o alto nível de suas atribuições e do trabalho que em seu seio se desenvolveria. Incluindo aí a contribuição relevante do mundo civil Brasileiro através dos que, sem farda, aqui vinham realizar seus desígnios de engrandecimento verde-amarelo.

Estabelecia o regulamento, por sinal extremamente sintético, que a estrutura superior da ESG compreendia a direção, a junta consultiva, o departamento de estudos e o departamento administrativo. O departamento de estudos compunha-se de três segmentos, a saber: assuntos nacionais, assuntos internacionais e assuntos militares.

O primeiro segmento, assuntos nacionais, desdobrava-se em três divisões - assuntos políticos, assuntos psicossociais e assuntos econômicos. Os dois outros segmentos eram unitários, sendo que os assuntos militares eram tratados no âmbito do gabinete do comandante. Essa estrutura do grande segmento denominado departamento de estudos, modificou-se em 1954, passando a ter quatro divisões - assuntos políticos, assuntos psicossociais, assuntos econômicos e assuntos militares. Só em 64 adquiriu a configuração atual, salvo quanto à divisão de assuntos internacionais, que surgiu bem depois, na

década dos 80 e da divisão de assuntos tecnológicos, cujo advento é mais recente e para o qual este expositor concorreu bastante.

Tinha a ESG em sua fase inicial uma excelente equipe, quantitativamente limitada, muito pequena, mas qualitativamente exuberante em nível de excelência; a ela coube suceder no entusiasmo, no esforço e na capacidade os criadores da escola, dando aos trabalhos didáticos e analíticos impulso destacado e fundamental para a consolidação da entidade. Infelizmente - e essa é uma lacuna que só de uns tempos a esta parte vem sendo tamponada - a escola não organizou sem memento, deixando escapar, em tempos idos, depoimentos, fatos e atitudes relevantes para si e para o país.

Os sete primeiros comandantes da ESG, que dirigiram-na na década dos 50 - a que nos coube examinar aqui - foram, por ordem sucessiva: General-de-Divisão Oswaldo Cordeiro de Faria, seu grande idealizador e patrono, General-de-Divisão Juarez Távora, Vice-Almirante Ernesto de Araújo, Major-Brigadeiro Ajalmar Mascarenhas, Major-Brigadeiro Vasco Alves Secco e General-de-Exército Arthur Hasket Hall. Militares ilustres que a conduziram em sua fase crucial, quando por ela desfilaram, como conferencistas, expoentes do mundo civil - Santiago Dantas, Themístocles Brandão Cavalcante, Raul Jobin Bittencourt, apenas para citar exemplos - bem como um punhado de estudiosos do mais alto nível intelectual. No mesmo patamar, militares destacados - Ernesto Geisel, Golberi do Couto e Silva, Andrade Muricy, o então Coronel Idálio Sardemberg, entre outros. Nos bancos do hoje auditório "a" sentaram-se entusiasmadamente irmanados civis e militares de envergadura inquestionável - Generais, Almirantes, Brigadeiros, Deputados, Senadores, Professores, Magistrados, profissionais liberais, todos cômnicos do que estavam em conjunto realizando e das perspectivas que assim abriam para o engrandecimento da pátria. Pois ali e naquela fase crucial compunha-se a bíblia cultural e doutrinária da escola sob inspiração dos princípios axiológicos da civilização cristã. O conceito de poder nacional sob quatro expressões - política, econômica, psicossocial e militar - e a configuração dos objetivos superiores da nação - denominados de permanentes e atuais com vista ao bem comum assentavam as bases do que é hoje a doutrina da ESG, seguida mais tarde pelo método de ação, uma espécie de seu braço operacional. Mas montava-se, simultaneamente, um sistema globalizado e integrado

de perquirição, análise e esquematização da problemática Brasileira. ali, no auditório “a”, corou-se, na verdade, o primeiro sistema doméstico de identificação, interpretação e equacionamento da realidade nacional, suas aspirações, soluções viáveis, óbices a superar, metas a alcançar. Dir-se-ia uma globalização analítica.

O elenco de conferências perpassava então a constelação de problemas que assoberbavam a nacionalidade, armando, com isso e com a cooperação intelectual do corpo de estagiários, um conjunto de atos de governança que se constituíam e se constituíram ao longo do tempo em ações efetivas de ocorrência direta. Ou advindas de naturais composições de atuação política propriamente dita. Essa conquista projetou-se por sobre todo o comportamento analítico, de diagnóstico e de terapia executiva que o país vem tendo desde então; pelo menos até certa época.

A montagem de um sistema de análise da situação interna não se desprendia de uma profunda indagação da realidade internacional e sua provável evolução. Os desdobramentos dessa investigação analítica desceram a pormenores relevantes e esquadriharam latitudes e longitudes, proximidades e distanciamentos de interesses, identificações ou aversões a posicionamentos. benefícios, adversidades, relutâncias e todo o tabuleiro de xadrez da economia mundial tudo foi perpassado. Fora, certamente, a primeira vez que isso ocorria no Brasil e foi, também certamente um direcionamento para o futuro - a integração de fenômenos internos e externos.

Os efeitos de todo esse labor encadearam-se e formaram uma fatoraçoão de resultados e efeitos dignos de menção. Antes, porém, de referir-me especificamente a esses efeitos, cumulativos no tempo e no espaço econômico-social, quero lembrar que essas conquistas se faziam numa quadra de razoável turbulência político partidária interna.

Digladiavam-se politicamente três correntes partidárias - a UDN, o PSD, o PTB; na bruma das cólicas e tricas entre os três, um outro partido espreitava para agir- o partido comunista Brasileiro, o PCB, então na clandestinidade e na indigência eleitoral, mas bafejado pelos reflexos do progressivo advento da guerra fria entre os poderes externos hegemônicos. Emulação aguerrida, que se formalizou com o célebre discurso do Presidente Truman, de 1947, anunciando a bipolarização entre “dois sistemas incompatíveis”. No mundo todo houve nesse transe uma trepidação de feição política que acresceu as nossas turras internas; mais fortemente as de fundo ideológico.

O Brasil via aumentar, como já assinalamos, sua população a uma taxa elevada, com crescente concentração urbana a despeito de ser incipiente o nível de industrialização. Esse fenômeno, os baixos níveis de vida de grandes contingentes demográficos, os deslocamentos espaciais na forma de transumâncias e a busca de emprego em escala crescente eram problemas convidativos para o trabalhismo do PTB, liderado por Getúlio Vargas após anos de governo de exceção. Capitalizando politicamente em cima da porfia entre os dois partidos que exercitavam um canhestro e ultrapassado conservadorismo – PSD e UDN - mas eram também iscas politico-ideológicas a gosto do mais tarde cognominado “partidão”, cuja filosofia marxista-leninista o fazia esgaravatear fendas e brechas no contexto social com vistas a possíveis ações de proselitismo. O ativismo no particular era sensível.

O advento da ESG e seus conceitos superaram todos esses transe e temores, alguns que ameaçavam descambar para cismos de caráter mais telúrico, portanto mais preocupantes. Não só os superaram, como levaram aos contendores o sentido da racionalização no exame das coisas pátrias e da busca de soluções efetivas para os problemas maiores do país. O que lhe valeu, aliás, a ela escola, encômios e críticas; e até rótulos como o de Sorbone, o de emissária de uma direita fardada, etc. Particularmente focalizada foi, por exemplo, sua concepção de ordem sintetizada pelo binômio segurança e desenvolvimento, tendo o primeiro termo - segurança - merecido as mais duras críticas da esquerda cabocla. Toda a algaravia da época não alcançou negativamente a escola. Fortaleceu-a e a ajudou a que revelasse sua importância e a importância de seus princípios, suas prédicas e sua ação promocional em favor do país.

Voltemos agora aos efeitos que eu dantes mencionei e destaquei. Vejamos alguns deles mais de perto.

Tiveram os densos trabalhos preparatórios da escola e seus primeiros passos uma feliz oportunidade de ação efetiva - o plano salte, do governo General Gaspar Dutra. Foi a primeira ação mais globalizada que tivemos no país, partindo da abordagem setorial - saúde, alimentação, transporte, energia. Sem ser, a rigor, um plano tecnicamente falando, o salte fugia ao sistema de dispêndios individualizados, isolados de um contexto mais amplo. E concebia um ataque já de cunho sistêmico, ao conjunto de ofertas básicas para o atendimento das exigências da vida consuetudinária.

O advento, marcante e feliz do BNDE (hoje BNDES) em 52 e sua firme orientação, introduzindo nos investimentos públicos os princípios diretores do projeto técnico e do estudo de viabilidade, foi um passo firme em direção ao progresso. conformando seu campo inicial de operação com fulcro na infra-estrutura econômica e nas indústrias de base, o banco marcou um segundo e grande efeito. Extremamente valioso.

O advento de bancos estaduais de desenvolvimento, a criação de órgãos setoriais de fundo econômico e setoriais de fundo regional, a metodização da ação oficial no mercado financeiro, os procedimentos orçamentários de previsão e controle, as medidas de proteção às atividades rurais, os primeiros movimentos no sentido de substituição de importações e diversas outras inovações na administração oficial, tudo sofreu, ao longo do tempo, os efeitos que direta ou indiretamente ligavam-se ao advento da escola e ao seu primeiro decênio de atividades curriculares. Era, na verdade, a Escola Superior de Guerra desdobrando-se no tempo. Mas, não foi só. A diplomacia valeu-se desse advento, com alterações sensíveis no posicionamento diplomático externo. A operação pan-americana de Juscelino Kubtischek e um presidente colombiano teve em sua equipe formuladora um egresso da ESG em seu primeiro decenato. O próprio programa de metas de Juscelino - os famosos 50 anos em 5 - valeu-se muito de tudo que ocorrera nos dez anos iniciais da ESG. De um modo geral, grandes segmentos do setor secundário do país à época passaram a merecer assistência oficial em função do que o período de advento e maturidade da ESG lhes colocou concepcionalmente à disposição de forma orgânica, racional e sistêmica.

Consumiríamos mais de um dia deste ciclo se nos quedássemos a arrolar todos os efeitos diretos e indiretos do advento da escola superior de guerra, seus trabalhos, seus ensinamentos e o muito que argamassou, como sistema de análise e equacionamento dos grandes problemas nacionais em seu período que pessoalmente chamo de infância, puberdade e amadurecimento - o dos anos 50. Posso dizer sem fatuidades que a ESG, com seu advento e seu esforço de parto e de consolidação, constituiu e constitui - um marco na vida da nacionalidade Brasileira.

Internamente, em seu próprio seio, a escola cultivou valores. Valores que a permitiram vingar com eficiência, respeitabilidade e auto-confiança. Organizei, para meu uso pessoal, uma espécie de decálogo desses valores,

que até hoje cultuo e até hoje enalteço. Passo-o a essa notável audiência, fazendo-o de modo não pragmático e sucinto, isto é, sob a forma de uma transparência condensada.

Valores observados no 1º Decênio Esguiano

- 1 - Integração entre civis e militares de forma ampla e durável.
- 2- Programação sistêmica e orgânica das conferências na escola e do conjunto delas.
- 3 - Prática de crítica analítica, submetendo os conferencistas a um esforço intelectual bastante intenso depois da conferência.
- 4 - Formação de equipe interna integrada, homogênea e sob constante preparo.
- 5 - Sentido de responsabilidade intelectual dos conferencistas; e dos estagiários nas indagações a respeito do tema abordado por aqueles.
- 6 - Densidade dos trabalhos didáticos e curriculares, sempre habilitados à integração e uso pelo plano superior de governo.
- 7 - Forte teor de majestade cívica e funcional, que inspirava os que à escola serviam ou que pela escola passavam.
- 8 - Natural orgulho do que estava em realização ou sendo realizado e sensível mudança de hábitos e procedimentos nas turmas que concluíam o curso.
- 9 - Criação da ADESG e disseminação dos preceitos Esguianos pelo interior do país.
- 10 - Busca incessante de conhecer o Brasil na plenitude de suas realidades para sua evolução política, econômica, social e cultural.

Creio que uma entidade capaz de gerar e agasalhar tanto crédito faz jus ao respeito de que passou a gozar e que deve ser alimentado sem desfalecimentos. o respeito ao ontem tem que ser seguido pelo respeito ao hoje e pelo respeito ao amanhã.

A primeira turma de estagiários dos anos 60, a de 1960, portanto, a primeira a diplomar-se após o período inicial da escola, teve como comandante o General-de-Exército José Dandt Fabrício e contou, no seu ato de coroamento do curso com a presença do Presidente da República de então, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em cuja alocação de encerramento se

registram as seguintes palavras:

“Nenhuma instituição poderá prestar serviço mais valioso ao resguardo daquilo que somos do que esta escola. Daí a importância de aumentar-lhe o poder de operação. Do êxito crescente desta escola, da amplitude de seu programa, da formação de elites, das doutrinas que saírem daqui transformando esta nossa realidade depende o dia de amanhã dessa nossa bem querida pátria”.

Totalmente insuspeito, por razões sabidas, Juscelino consagrava não só a escola como o muito realizado em seu primeiro decênio de vida. Palavras que ora poderiam e deveriam ser repetidas nos quatro cantos do país e serem levadas pela brisa mental que banha nossas autoridade superiores, nossas lideranças empresariais, meios técnicos e de estudiosos, a louvar e a agradecer a escola com proeminência de status apropriado e posição oficial inquestionável. Assim como isso, seu decênio inicial, em substância, poderá repetir-se na década do milênio que se avizinha. Roubando por um instante, de Kipling e Felix Bermudez, uma passagem do admirável poema *If*, diríamos “inda para além um novo sol rompeu, abrindo um horizonte ao rumo de seus passos”, horizonte, dizemos nós agora, que é o Brasil grande potência calçando-se nos ciclópicos avanços de ciência e tecnologia, que reduzem diferenças, nivelam pontos de partida e se sobrepõem ao poder material pelo extraordinário poderio da mente.

Dentre os muitos predicados que resultaram da sementeira plantada no e pelo período inicial da escola, está o fato magno, resultado da imensa faturação de seus efeitos e benefícios, sintetizado na verdade de que hoje nós Brasileiros como nação sabemos o que somos, sabemos o que podemos e sabemos o que queremos ser. E certamente seremos.

O Brasil em fins de 49 pulsava pela identificação orgânica de si mesmo e clamava por uma tomada de consciência que se diria sistêmica e que paulatinamente passou a comandar sua atuação, quer em relação à sua problemática, quer à que ocorria no complexo das relações internacionais. Tenho para mim que 1º) a II Grande Guerra, em que pesem on ingentes sacrifícios que impôs a larga faixa da humanidade, fez o mundo despertar para uma realidade que se mantinha envolta por imagens profundas e imperfeitas de seus problemas reais; 2º) o pós-guerra abriu um novo campo de indagações e fez dos avanços e conquistas tecnológicas para fins bélicos, um fator de impulso no entendi-

mento e na percepção de áreas políticas até então submissas a modelos substantivamente fictícios; e 3º) no caso brasileiro, pauperizou nossa infra-estrutura, mas abriu as mentes em estamentos sociais importantes na busca do porvir. Constituiu para nós uma fecunda portadora de futuro.

Vivemos fatos internos de mudanças acentuadas nos comportamentos e padrões de conduta do homem em sociedade; e que; logo, logo, no raiar da década de 60, se revelaram por inteiro em todos os campos de atividade. A reconstrução na Europa e no Japão mostrava-se mais rápida do que se poderia supor. A ideologia marxista-leninista mais ativa do que se acreditava capaz de ser. Os avanços de ciência e tecnologia mais velozes do que se concebia à luz do nível do entendimento disciplinar de então. Tudo isso influenciava o Brasil como um sopro digamos de fora para dentro. Mais ainda, de dentro do país para dentro do país. Também surgiam, dessa forma, aragens de evolução, de inconformismo, de renovação. uma nova maneira de materializar o conteúdo de Brasilidade e de consolidar o espírito realizador que de colônia e império fizera uma nação republicana e compuzera o legado de um patrimônio cuja conservação e reprodução exigiam - e exigem - mudanças em escala, de forma e fundo compatíveis com suas potencialidades humanas e materiais. nesse sentido, caminhamos.

Cumprir ainda abordar alguns aspectos que marcaram a parte final da década dos 50 e que, em teores diferentes, tiveram relação com a existência da escola. O primeiro deles foi a elaboração e os meios de execução do plano de metas do período 56/61. No referente à elaboração, a escola esteve implicitamente envolvida, inclusive pela presença de um seu egresso no conselho de desenvolvimento, onde os trabalhos requereram prolongada apreciação tanto no pertinente a conceitos, quanto ao arcabouço e consistência do planejado. A sistemática que se armara na escola levava a uma estruturação mais orgânica do programa de metas e a uma execução mais cadenciada, sobretudo na implantação da nova capital do país. Infelizmente, aspirações políticas muito intensas e fortes influências partidárias ditaram o ritmo e a intensidade no curso do marketing de 50 anos em 5.

Imperfeições e desperdícios tiveram então lugar, deixando dois lastros onerosos - um impulso poderoso na inflação e uma situação de reduzida performance na implantação de setores relevantes como o da siderurgia. a penetração econômica de áreas internas - meta das mais importantes - retardou-se e só quase duas décadas depois a ESG pode ver a implantação

de uma teia rodoviária de penetração e ligações domésticas, embora o sistema ferroviário se tivesse praticamente estagnado. A geração de energia hidroelétrica, essa teve um primeiro impulso extremamente eficaz no país, vindo a maturar-se ao longo dos anos 60 e 70. Também não correspondeu de todo às concepções do período inicial da ESG o projetado para a evolução da tessitura industrial, que só encorpou-se no final da década dos 60. Mas o programa de integração nacional, fortalecendo os laços federativos, esse teve os cuidados que se desejava e que permitiram, um pouco mais tarde, institucionalizar-se sob a sigla PIN.

De todo o espectro que o advento da ESG conformara, ficaram ainda retardados os vetores da infra-estrutura social, a exemplo da habitação popular, do saneamento básico e, de algum modo, o da saúde. Certo desequilíbrio na conformação de esquemas de prioridade ante a escassez relativa de recursos e a então muito presente dissensão política responderam pelos desencontros no particular. Não podemos esquecer, a esse respeito, que o país saía de um período ditatorial populista muito prolongado, ingressando no processo de eleição universal com um governo conservador cauteloso e logo, logo a seguir, voltar à figura presidencial trabalhista do ex-ditador. Um intervalo de apenas cinco anos. A turbulência própria de mutações da espécie tramam inexoravelmente contra a estabilidade de condições e saudável continuidade de programas oficiais de prazo mais longo, como o salte e a própria essência do plano de metas.

Apartados esses relativos insucessos, ou sucessos apenas relativos, as concepções que geraram a escola e ganharam conformação ao longo da fecunda e silenciosa labuta em seu primeiro decênio, deram gradativamente ao todo nacional não só outro aparato como outro grau de conscientização quanto à realidade, às potencialidades, os problemas, os anseios e às perspectivas da nacionalidade.

Os anos 50 foram benfajezos para o Brasil à luz da grande mutação que se operou na maneira de nos olharmos, nos estudarmos e nos conhecermos como nação. Aprendêramos, então, uma segunda e grande lição - a visão da grandeza e do poder nacional sob todos os ângulos, como a ESG nos ensinou. Os expositores que me sucederão neste ciclo mostrarão, por certo, todo o que se seguiu às conquistas ESGuianas naquela remarcável década dos 50.

**Membro da Junta Consultiva da Escola Superior de Guerra*